



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS DA CIDADE DO RECIFE: ANÁLISE DO PROJETO COM VIDA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO.

João Melquias Moura Honório ¹
Sandra Patrícia Castro Pereira ²
Orientador do Trabalho ³

RESUMO

O presente trabalho buscou aprofundar o tema da Educação Ambiental no espaço escolar, com isso, trazer uma reflexão sobre a análise dos dados produzidos pelo Projeto COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente Qualidade de Vida na Escola) desenvolvido na Escola Municipal São Cristóvão – Recife PE. Com isso, para a fundamentação teórica do trabalho foi utilizado a análise documental do projeto COM-VIDA, Agenda 2030, Lei 9.795 e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pesquisa bibliográfica em artigos científicos com autores que abordam a temática ambiental como Sotto *et al.* e Philippi, Pelicioni. O documento do projeto analisado buscou compreender se atingiu as perspectivas da primeira Conferência Nacional Infância - Juvenil pelo meio ambiente que visa à criação de Concelhos formado pelos jovens. Com isso, ao analisar as informações do desenvolvimento do COM-VIDA disponibilizada pela gestão da escola, foi concluído que qualquer projeto na área social ambiental deve ser continuado para que a comunidade compreenda os objetivos da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Projeto COM-VIDA, Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como problemática as questões ambientais relacionadas à questão da Educação Ambiental, na perspectiva do desenvolvimento de projetos nas escolas que busquem a sensibilização e conscientização socioambiental, as quais trarão possíveis soluções às questões ambientais. Assim, favorecem as comunidades em vulnerabilidade social principalmente as que ocupam áreas de risco. Assim, tais projetos

1 Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal - PE, planejamentope@gmail.com;

2 Graduado pelo Curso de Geografia da Universidade Federal - PE, sandra.cp72@hotmail.com;

3 Professor orientador: Talitha Lucena de Vasconcelos - profatalithalucena@gmail.com



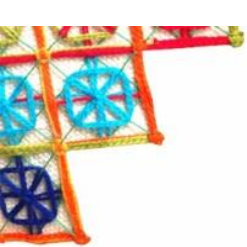
possibilitam intervenções nas comunidades, objetivando melhoria na qualidade de vida das pessoas e manutenção do meio ambiente.

Nesse sentido, a escola assume papel fundamental no desenvolvimento de projetos que busquem formar pessoas com pensamentos críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais, as quais levarão possíveis soluções para as problemáticas sócio-ambientais. O referido artigo tem como preocupação tratar as problemáticas atuais socioambientais no bairro do Brejo da Guabiraba na cidade do Recife que estão relacionadas ao saneamento e à coleta de lixo. Ambos os problemas devem ser trabalhados, em conjunto com a sociedade, o governo, as empresas e as indústrias as quais devem descartar adequadamente ou realizar o reaproveitando de materiais de forma preventiva. Tais ações implicam na diminuição da poluição das águas, do solo e danos provocados por interferência antrópicas nas cidades e bairros.

Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Recife o Projeto COM-VIDA trata do desenvolvimento de ações pautadas na Agenda 21 nos espaços escolares que visam a criação de conselhos de meio ambiente compostos por estudantes. Assim, cada escola tem autonomia de trabalhar condutas que possibilitem a construção do conhecimento da educação ambiental.

A proposta foi colocada em prática e está pautada juridicamente por leis internacionais no âmbito da ONU; como também na Lei Federal nº 9.795 de 1999 que trata da Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e pontos específicos; na Lei Estadual de nº 16.688 de 2019 que institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco – PEAPE; e na Lei Municipal nº 18.083 de 2014 que institui a Política Municipal de Educação Ambiental - PMEAA, tendo como base e observância pontos específicos da Constituição Federal, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, da Política Nacional de Educação Ambiental entre outras leis municipais, no Decreto Municipal nº 31.287 de 2018 que trata da criação do Comitê Gestor Municipal do Recife de Educação, e ademais normas de funcionamento.

As problemáticas ambientais se configuram em desafios para gestores da sociedade civil organizada e governamental, pois, existe um conjunto de atores do setor econômico e político que detém interesses que muitas vezes vão de encontro com as



propostas ambientais. Com isso, a Educação Ambiental é uma arma de extrema importância a ser desenvolvida no ambiente escolar principalmente nos bairros periféricos em que existe acentuada desigualdade socioeconômica que reflete direta e indiretamente no meio ambiente com a falta de saneamento básico, descarte e acúmulo de lixo em barreiras, rios e canais, entre outros.

O objetivo geral desse trabalho trata de compreender os resultados do projeto COM-VIDA implantado na Escola Municipal São Cristóvão no bairro do Brejo da Guabiraba na Recife, propiciando o entendimento de como o projeto de Educação Ambiental pode impactar pessoas, principalmente em bairros periféricos. Já os objetivos específicos estão atrelados as seguintes questões: Analisar os resultados do projeto COM-VIDA, comparar os resultados do COM-VIDA com os objetivos da Educação Ambiental, identificar os impactos positivos e negativos nas ações dos estudantes no espaço escolar. Assim, é necessário uma base de dados de informações de projetos desenvolvidos para que se proponham novas estratégias de intervenção junto à comunidade escolar, âmbito Municipal, Estadual e Federal.

METODOLOGIA

O método de abordagem escolhido foi de revisão bibliográfica com a leitura de documentos, artigos científicos, lei Federal, Estadual e Municipal, e de uma pesquisa minuciosa em *sites* institucionais e acadêmicos para a fundamentação do trabalho. As informações sobre o desenvolvimento do projeto COM-VIDA na escola municipal São Cristóvão – Recife PE localizado no bairro do Brejo da Guabiraba, área de morro e periférico, foi realizado com um funcionário da gestão, via telefone, foram três vezes a tentativa no mês de Julho, o contato via telefone foi devido às normas de isolamento social orientados pela OMS – Organização Mundial de Saúde e aderido pelo governo Estadual de Pernambuco e Municipal de Recife, causado pela pandemia da COVID-19 com contágio pelo contato físico, foi no terceiro contato por telefone que a entrevista pode ser realizada, com isso, as perguntas da entrevista foram direcionadas sobre o projeto em questão.



REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Processos histórico da Educação Ambiental

Para entender o contexto da formação da Educação Ambiental é importante conhecer o processo histórico dos embates que deram origem a Educação Ambiental, como também, observar as propostas educacionais estruturadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que trata das possibilidades de desenvolvimento do conhecimento, competências e habilidades dos estudantes. Nesse sentido, esse documento orienta a formação dos princípios éticos e políticos pautados na construção de uma sociedade humanizada, integral, democrática e inclusiva.

[...] Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. [...] educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218 [...], 19).

Os temas que fazem parte desse contexto permeiam o cotidiano dos estudantes e devem ser abordados de forma transdisciplinar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que se dividem em Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual adentram a vida do estudante das mais diversas formas.

Macedo (1998) analisou que para além das disciplinas curriculares, os temas transversais, tornam-se importantes para suprir as problemáticas geradas pela realidade complexa do modo de produção capitalista, que implica diretamente no contexto social e conseqüentemente ambiental. Freire (1987) e Fernandes (2010) corroboram que a educação deve ser libertadora e transformadora, capaz de alcançar os objetivos propositivos pedagógicos em que o estudante se encontra inserido.

A formação do conceito de Educação Ambiental vem percorrendo ao longo do tempo por vários embates que desencadearam no entendimento de uma Educação Ambiental com ações mais efetivas e transformadoras. Nesse sentido, compreender os



fatores determinantes que impulsionaram o surgimento da Educação Ambiental se torna fundamental para o esclarecimento de seus objetivos.

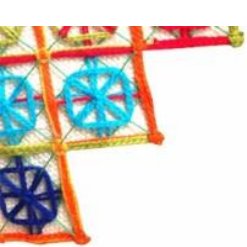
Assim, as manifestações e os protestos de ordem social e política nas décadas de 1950 e 1960, contribuíram para as questões ambientais, visto que, posteriormente, em 1962, surge o livro *Primavera Silenciosa* da autora Rachel Carson o qual alertava sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente. Já na década de 1970 o sistema de produção capitalista, o qual usava os recursos naturais de forma desenfreada, prejudicando o meio ambiente, surge nesse cenário o Clube de Roma, que publicaram o relatório “*Os limites do crescimento*” esse documento trata de “com previsões bastante pessimistas sobre o futuro da humanidade e o modelo de exploração e produção adotado mundialmente na época” (INEA, 2014,p.10) que nesse contexto surgem outras discussões sobre o meio ambiente no contexto educacional, na Suécia por meio da ONU.

Em 1975, a ONU lança o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), junto com a carta de Belgrado, ambas referências para o fortalecimento da Educação Ambiental. Depois do evento supracitado, em 1977, foram definidas estratégias e diretrizes a serem adotadas pelos países membros da ONU. De acordo com o INEA (2014) inicialmente no processo histórico da construção do entendimento da educação ambiental existiu um posicionamento em que não havia uma prática efetiva, pois ela se esgotava nos debates das instituições e isso dificultou ações efetivas.

Ainda segundo INEA (2014) no ano de 2004 em Goiânia - Brasil ocorre o Encontro Governamental sobre Educação Ambiental e no ano seguinte é publicado um manifesto rechaçando o termo Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) que descaracterizava o entendimento da proposta de uma educação em defesa do meio ambiente natural.

Em 2012, a Rio+20 (INEA, 2014) debateu sobre como conciliar no atual sistema de produção o desenvolvimento econômico e a inclusão social e a conservação ambiental.

A Educação Ambiental pode ser considerada como uma importante arma na luta contra atividades antrópicas que geram degradação em todo o planeta e, que se mantiver no ritmo acelerado pode levar a insustentabilidade da humanidade. Nesse sentido, os dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) da ONU (2019) apontam que de



2015 a 2018 foram os anos mais quentes já registrados, isso mostra que a ação antrópica incide diretamente no processo do aquecimento global, algo que não é novidade para os cientistas, acadêmicos e a sociedade civil organizada que debatem sobre o tema. Contudo, custa ao grande capital perder a lucratividade com a implantação de um sistema de produção mais sustentável para beneficiar a humanidade. Com isso, “a educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para reflexão crítica e para ação social corretiva, ou transformadora do sistema, de forma a tornar variável o desenvolvimento integral dos seres humanos.” (PELICIONI; PHILIPPI, 2014, p.3).

Nesta baila, fica evidente que a proposta ambiental de cunho educacional que segundo Pelicioni e Philippi (2014) vai de encontro com o sistema de produção capitalista. Assim sendo, a Educação Ambiental possibilita a criação de uma sociedade mais consciente sobre suas responsabilidades com o meio ambiente devem ser contínuo no espaço escolar e nos bairros, sabendo que, o ser humano faz parte do meio ambiente, não estando separadas e alheias as responsabilidades socioambientais. As práticas socioambientais são de suma importância no processo de conscientização ambiental perante a sociedade.

Assim, a Educação Ambiental deve ser construída com a proposta de conscientizar a população de baixa renda, pois elas estão em um aprofundamento da vulnerabilidade social e econômica no sistema capitalista.

A população de baixa renda tem vivido com maior intensidade os impactos dos problemas ambientais. Tal fato acaba por aumentar suas dificuldades cotidianas expressas pela falta de água, energia, espaços habitacionais seguros, alimentação, entre outros. (PELICIONI; PHILIPPI, 2014, p.7).

Trabalhar os temas da Educação Ambiental e desenvolver práticas ambientais em bairros periféricos de forma pedagógica possibilita na transformação da cultura, construindo uma realidade de responsabilidade com o meio ambiente natural. Nesse sentido, o encontro com a realidade promove a sensibilização⁴ e conseqüentemente a

4 [...] O ato sensibilizar. Segundo Houaiss e Villar (2001) sensibilizar é tornar (-se) sensível; comover (-se); emocionar; tornar-se emocionalmente consciente e compreensivo. É interessante partir do verbo e perceber que sensibilizar tem um sentido de processo e reciprocidade, ou seja, o sensibilizar acontece, não é estático e esse acontecer se faz tanto para o sensibilizador – quem propõe a Sensibilização (tornar-se sensível), como para a pessoa a ser sensibilizada – quem participa da Sensibilização (tornar sensível). A Sensibilização pode, pois, ser entendida enquanto um processo educativo de tornar sensível, possibilitando uma vivência que pode construir conhecimentos não só pela racionalidade, mas também a partir de sensações, intuição e sentimentos (MOURA, 2004, p.41).



conscientização⁵ a qual possibilita ao indivíduo desenvolver práticas de resolução ambiental no qual está inserido, visando a sobrevivência do mesmo.

Pelicioni e Philippi (2014) acrescentam que a “consciência ecológica sem ação transformadora ajuda a manter a sociedade tal qual ela se encontra” (PELICIONI, PHILIPPI, 2014, p.6), assim, é possível afirmar que o processo educacional só se fecha com a sensibilização, conscientização e ação transformadora.

Assim, é evidente que, ao trabalhar Educação Ambiental é importante desenvolver ações com moradores dos bairros periféricos das cidades de forma pedagógica, entendendo a realidade desigual que está inserida. Assim, é evidente que as comunidades periféricas necessitam de projetos que conscientizem, sobre as problemáticas ambientais e construam soluções para toda comunidade, devendo os mesmos estarem engajados nos processos, para que aconteça a conscientização sociambiental.

A consciência permiti-nos reconhecer um impulso irresistível para permanecer vivos e cultivar o interesses pelo self. Em seu nível mais complexo e elaborado, a consciência ajuda-nos a cultivar um interesse por outras pessoas e aperfeiçoar a arte de viver (DAMÁSIO, 2000, p.19)

A desigualdade econômica e social histórica no Brasil alarga problemáticas de cunho educacional, ambiental, sanitários entre outros. Confronte a Educação Ambiental assume papel fundamental em todos os âmbitos da educação. Pois permite a conscientização socioambiental através das práticas ambientais nas comunidades escolares, podendo se expandir pelas comunidades periféricas, através dos educandos, construindo assim comunidades sustentáveis.

5 Nós nos conscientizamos em comunhão, num processo permanente de respeito e compreensão à consciência do outro. A liberdade não é uma doação ao indivíduo, e sim uma conquista dele, que exige uma permanente busca, ou seja, a conscientização é um processo intrínseco do indivíduo, que deve acontecer de dentro para fora: “É que todo ser se desenvolve (ou se transforma) dentro de si mesmo, no jogo de suas contradições” (FREIRE, 1987, p. 133). A conscientização consiste na capacidade do indivíduo criticizar sua consciência de mundo, a partir do momento em que tem consciência de si como um ser inacabado e de que sua essência é ser mais – essência essa impedida no atual modelo de opressão (SANTOS, *et.al.*, 2013 p.108)



1.2 Questões legais da Educação Ambiental

Para aprofundar o entendimento sobre a Educação Ambiental é necessário observar o contexto jurídico que se fundamenta as propostas pautadas na Agenda 2030 da ONU e nas leis Federais, Estaduais e decretos municipais da cidade do Recife, pois esses documentos são marcos que possibilitaram as instituições públicas e privadas a desenvolverem ações proativas no contexto social e ambiental.

Para isso, Sotto *et al.* (2019) se basearam no relatório da ONU de 1991 de nome Nosso Futuro Comum, como também na Agenda 2030 (de 2015) que disponibiliza 17 dispositivos para se desenvolver a sustentabilidade em diversas áreas pelo países signatários da ONU que assinaram a proposta.

Em consonância com Sotto *et al.* (2019) de acordo com outros autores, concordam com a definição da sustentabilidade que perpassam pelas questões econômicas, social e ambiental. Com isso, o termo possibilita a perspectiva na diminuição da desigualdade, nesse sentido, a sustentabilidade é um tema de interesse global, regional e local.

A lei de nº 9.795 de 27 de abril de 1999 aponta diretrizes para o desenvolvimento da Educação Ambiental a nível nacional. No artigo 1º da lei trata do entendimento da Educação Ambiental.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A lei Estadual de nº 16.688 de 2019 trata que o trabalho deve ser contínuo com os estudantes sobre educação ambiental. Assim no artigo 2º da lei aponta que:

“Entende-se Educação Ambiental como um processo contínuo, dinâmico, crítico, transformador, participativo e interativo de aprendizagem para a construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências individuais e coletivas direcionados a promover o exercício da cidadania na relação sociedade/natureza e para a sustentabilidade, considerando a justiça social e o equilíbrio ecológico, enquanto fatores essenciais à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida.” (PERNAMBUCO, 2019).



Já o município de Recife aprovou o Decreto municipal nº 31.287 de 2018 que trata da criação do comitê Gestor Municipal de Educação Ambiental (COMEIA) e sobre normas gerais para seu funcionamento.

Todo esse conjunto de leis e decreto possibilita o desenvolvimento por parte das escolas estaduais e municipais de trabalhos que coloquem os estudantes como protagonistas no processo de construção do conhecimento sobre a proteção não somente do meio ambiente natural, mas do urbano.

É importante ressaltar os anos de distância da aprovação da lei federal de 1999 para a lei Estadual de 2019 e o decreto Municipal de 2018, de mais de 18 anos, é necessário avançar com as propostas de ação da Educação Ambiental principalmente para as populações em condição de vulnerabilidade econômica e social. O que demonstra a necessidade de uma celeridade nos avanços legais.

Os mecanismos jurídicos são de extrema importância, pois embasam o desenvolvimento dos programas e projetos, com isso o PCN para a Educação Ambiental traz uma proposta transformadora junto aos estudantes:

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações (Idem, 1997, p.35).

1.3 Resultados e Discussão

Com a proposta de possibilitar uma nova perspectiva ambiental com o processo participativo de estudantes e comunidade escolar via o trabalho educacional para a construção de uma sociedade com ações sustentáveis, o Com-vida foi trabalhado com base nas propostas da Agenda 21 nas escolas públicas, assim a proposta do trabalho de qualidade com os professores (as) encontra-se pautado na:

O principal papel da COM-VIDA é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Por isso, a COM-VIDA chega



para somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todas as disciplinas (Idem, 2004, p.11).

Nesse contexto, o documento aponta a construção de diálogos e oficinas sobre a proteção do meio ambiente com os estudantes, como também outras ações. Assim sendo, a proposta possibilita o engajamento político na defesa da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, o projeto COM-VIDA segue etapas metodológicas de desenvolvimento na escola que são:

- A Com-vida começa reunindo quem participou da Conferência de Meio Ambiente na Escola, de projetos e ações a partir do meio ambiente na escola e outras pessoas que se interessam pelo tema. Vale também convidar organizações já existentes na escola, como Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar para verificar se existem outras ações acontecendo e unir forças para as próximas.
- Só tem sentido criar a Com-vida se for para modificar, para melhor o dia-a-dia da escola e da comunidade.
- A Com-vida também vai construir a sua Agenda 21, convidando a comunidade escolar (estudantes, funcionários, professores, direção, pais de alunos, vizinhança) para participar. Se em seu município tiver outros grupos trabalhando com a Agenda 21 local, é interessante levar ao conhecimento destes grupos os projetos desenvolvidos pela escola para que a discussão seja mais ampla e permita integrar diferentes propostas.
- A Agenda 21 é um instrumento para a Com-vida planejar suas atividades, fazer projetos coletivos que possam realmente transformar a realidade, aumentar seu diálogo com a comunidade de seu município, e se ligar em uma proposta de Agenda global.
- Monitorar. Durante o projeto, é importante a equipe responsável acompanhar o andamento das ações para corrigir rumos e adequar materiais e prazos em função do alcance dos objetivos.
- Avaliar. Ao longo do projeto e depois de finalizado, temos que verificar se as nossas ações ajudaram a resolver os problemas identificados e causaram os impactos que desejamos. Para isso precisamos de indicadores que funcionam como “termômetros” para que possamos medir e depois comparar os resultados. Por exemplo, podemos considerar como indicadores a quantidade de lixo produzido na escola ou o número de pessoas da comunidade escolar participando de ações ambientais.

Na escola Municipal São Cristóvão no Bairro do Brejo da Guabiraba, região periférica de morro na cidade do Recife, foi desenvolvido o projeto COM-VIDA nos anos de 2006 e 2007 com os estudantes, assim, se tem os seguintes dados:

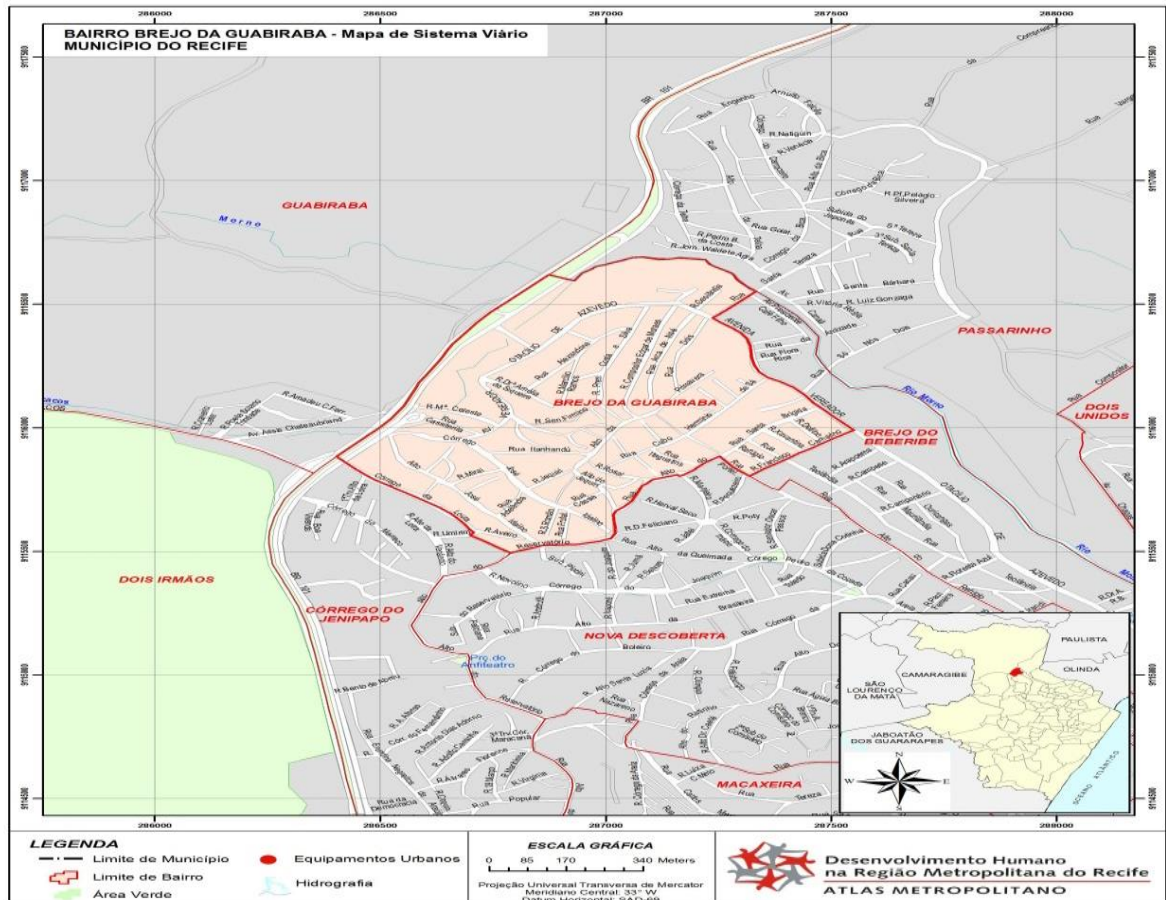


Foto: Prefeitura do Recife - 2014

O mapa acima mostra o município do Recife e a área do bairro do Brejo da Guabiraba e outros bairro vizinhos com as principais ruas. Com a densidade demografia baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010 a população masculina de 5.564 e feminina de 6.168, sendo a população de 2.100 da faixa etária entre 5 a 14 anos de idade.

Foi desenvolvida a formação de um grupo de estudantes na escola em que eles (as) se reuniam e debatiam propostas para soluções de problemáticas sociais e ambientais da escola e do bairro. Os temas trabalhados foram: reciclagem, descarte inadequado de lixo e problemáticas causadas pelo acúmulo de lixo no solo, canais e rios entre outros.

Na área de convivência da escola foi criada uma horta em que os estudantes ficaram responsáveis pela manutenção e por serem multiplicadores de conhecimento para os outros estudantes envolvidos nas atividades pautadas na Agenda 21.



Assim, as atividades foram desenvolvidas no ambiente escolar, porém, não houve continuidade do projeto COM-VIDA nos anos seguintes. Contudo, a escola trabalha o tema Educação Ambiental de forma transversal com os estudantes.

Em contato com um dos funcionários da escola via telefone, devido à pandemia do COVID-19 e a determinação de isolamento social, foi informado que a escola desenvolveu o projeto COM-VIDA com a formação do grupo de estudante do oitavo ano do ensino fundamental em que tiveram inúmeras atividades voltadas à educação Ambiental, como debate sobre temas que envolvia do dia a dia dos estudantes que moravam nas proximidades da escola.



Fonte/ Google Earth – Referenciado por João Melquias e Sandra Patrícia.

Já a foto acima trata da imagem real do bairro do Brejo da Guabiraba e sua limitação com os outros bairros e a localização da Escola São Cristóvão, mostra as moradias na área de morro.

Assim, foi possível observar que nas ações realizadas, a Educação Ambiental foi desenvolvida de forma engajadora, a qual envolveu toda comunidade escolar, como também a comunidade do entorno da escola, pais e estudantes em ações comunitárias.



Com isso, o projeto promoveu a sensibilização socio-ambiental, o pensamento crítico, autoanálise, e suas responsabilidades com o meio ambiente.

Por fim, houve participação da vizinhança da escola com participação das ações promovidas pelos estudantes em relação a descarte adequado do lixo e a acomodação de dejetos em canaletas dos morros, houve intercâmbio em relação da participação com a gestão escolar, professores, estudantes do oitavo ano do ensino fundamental e seus responsáveis.

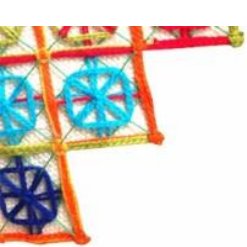
Mesmo sem gremio estudantil, houve reuniões dos estudantes para debaterem sobre as principais ações da Educação Ambiental. Contudo, não foi realizada conferência sobre meio ambiente na escola. Foi realizado pelos estudantes reuniões com a exposição oral sobre as ações desenvolvidas pelo COM-VIDA.

Ao que tange a avaliação a gestão atual não soube informar se o projeto conseguiu compri os prazos de execução, o que mudou no espaço escolar durante e depois do projeto foi à construção da horta escolar e a sensibilização dos gestores, professores (as) e estudantes sobre a importância de ações baseadas na Educação Ambiental. Contudo, não houve uma continuidade do projeto na escola nos anos seguintes. O projeto COM-VIDA é uma atividade de curto prazo que podem propiciar efeitos de longo prazo tanto com os estudantes como dos moradores de bairros periféricos da cidade do Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que o processo educacional é uma ferramenta de transformação, e que por meio dela se constroem perspectivas norteadas pelo entendimento de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sensibilizada no uso dos recursos naturais.

Assim, o processo de sensibilização ambiental deve ser contínuo, objetivando as mudanças de hábitos de forma sustentável. Nessa perspectiva, é de suma importância a inclusão da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola,



devendo o mesmo ser construído com a participação dos professores (as) e gestores. Assim a Educação Ambiental deve ser trabalhos em todas as disciplinas se forma transversal, contribuindo com o processo socio-ambiental, a qual leva às ações ambientais de sustentabilidade.

É imperativo frisar, que no Brasil as desigualdades, geradas pela acumulação de riqueza, se concentram nas mãos de poucos. Historicamente essa distribuição continua sendo desigual e sendo a classe dominante a mantenedora dessas desigualdades, em prol de benefício próprio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na Escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/com-vida.pdf. Acesso em: 20 mai.2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação ambiental.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. BNCC-Base Nacional Comum Curricular- Acesso em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 03 ago 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DAMÁSIO, Antônio Damásio, O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si / Antônio Damásio; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Luiz Henrique Martins Castro. — São Paulo: **Companhia das Letras**, 2000.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente.- Rio de Janeiro: **INEA**, 2014. 52p. il. 1. Educação ambiental. 2. Gestão ambiental. 3. Gestão pública. 4. Socioambientalismo. I. Barbosa, Geisy Leopoldo, coord. II. Silveira, Raquel Pinhão da, coord. III. Título.



MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc08/espaco.pdf>. Acesso em 03 ago 2020.

MOURA, Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de. Sensibilização diferentes olhares na busca dos significados. Disponível em: <https://nema-rs.org.br/files/publicacoes/sensibilizacao.pdf>. Acesso em 03 ago 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários para à Prática Educativa** / 50ª ed – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015, p.31.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Agenda 2030.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 20 mai 2020.

PERNAMBUCO. Política de Educação Ambiental de Pernambuco. Lei nº16.688, de 6 de novembro de 2019. **Educação Ambiental em Pernambuco.** Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=47993&tipo=#:~:text=Art.,e%20209%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual>. Acesso em 20 mai 2020.

PELICIONI Arlindo Jr, PHILIPPI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**/2ª ed – São Paulo: Editora Manole Ltda 2015 p.3-11.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed. Novo Hamburgo: **Feevale**,2013.

RECIFE. **Mapa do Bairro do Brejo da Guabiraba.** Disponível em; <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/BREJO-DA-GUABIRABA.jpg>. Acesso em 21 set 2020.

SANTOS, et.al. Uso dos termos consciência, conscientização e tomada de consciência nos trabalhos paranaenses de Educação Ambiental 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Melquias/Desktop/850-1675-1-PB.pdf>. Acesso em 03 ago 2020.

SOTTO, Debora *et.al.* Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n97/0103-4014-ea-33-97-61.pdf>. Acesso em 30 mai 2020.